

## **Ata do Conselho Municipal de Juventude**

**Dia 04 de junho de 2015**

Aos quatro dias do mês de junho de dois mil e quinze, nas instalações do edifício dos Paços do Concelho, sitas na Rua Miguel Bombarda, s/número, União de Freguesias do Barreiro Lavradio, teve início pelas 21 horas uma reunião ordinária do Conselho Municipal da Juventude (CMJ), sob a coordenação da Vereadora do Pelouro da Juventude, Regina Janeiro, com a presença do Presidente da Câmara Municipal do Barreiro, Carlos Humberto e da Coordenadora do Gabinete da Juventude, Catarina Gil.

A ordem do dia da reunião faz parte integrante da presente ata e foi a seguinte: 1- Aprovação da ata de 19 de fevereiro; 2 – Tomada de posse de novos membros; 3 – Decreto-lei 30/2015 de 12 de fevereiro – Regime de delegação de competências nos municípios; 4 – Vários.

Nos termos do disposto na alínea a) do ponto 3 do artigo 6º do artigo das Normas de Funcionamento do Conselho Municipal da Juventude foi iniciado o período antes da ordem do dia.

A Vereadora Regina Janeiro verifica que se existe algum munícipe que queira intervir, não havendo, solicitou aos presentes propostas para integrar na Ordem do Dia. Não existindo passou-se ao ponto 1.

### **1 – Aprovação da ata de 19 de fevereiro**

O Concelho Municipal da Juventude aprovou por maioria com uma abstenção a ata da reunião de 19 de fevereiro de 2015.

### **2 – Tomada de posse de novos membros**

A Vereadora Regina Janeiro deu início ao ponto 2 referente à Tomada de Posse de Membros do Conselho Municipal da Juventude, chamando o André Antunes, representante da Assembleia Municipal, a tomar posse.

### **3 – Decreto-lei 30/2015 de 12 de fevereiro – Delegação de competências nos municípios**

A Vereadora Regina Janeiro deu a conhecer o **Decreto-lei 30/2015 de 12 de fevereiro sobre o Regime da delegação de competências nos municípios**, referindo de forma sucinta que esta delegação de competências é a passagem de competências do poder central, do governo, para o poder local, ou seja a gestão de competências do governo para as autarquias. Estas competências são em 4 áreas: Educação, Saúde, Ação Social e Cultura. Na área da cultura não se verificam alterações para Município do Barreiro, nas outras três áreas é mais complicado. Na área da educação, por exemplo, nos últimos anos tem vindo a ser feito um desinvestimento, quer pelo aumento de alunos por turma, quer através da redução da carga horária de algumas disciplinas. No concelho do Barreiro existem turmas a funcionar com 38 alunos, onde as salas não estão preparadas para tantos alunos. No entanto é transferida a mesma verba, não se pode realizar mais investimento público. Mas o diploma refere no ponto 2 do artigo 4º *o modelo de financiamento constante dos contratos interadministrativos pode prever incentivos à eficiência da gestão de recursos públicos, promovendo a otimização da utilização dos meios disponíveis e, eventualmente, repartindo entre o Estado e a*

*entidade local delegatária o produto do acréscimo de eficiência que tenha sido alcançado.* Ou seja, passando o mesmo dinheiro para as autarquias, as que conseguirem poupar esse dinheiro, considera-se lucro e divide-se entre o Estado e o poder local. Mas depois diz que as Câmaras passam a ter competência no âmbito da gestão escolar e das práticas educativas, na definição do plano de estratégico educativo municipal ou intermunicipal, da rede escolar e da oferta educativa e formativa; gestão do calendário escolar. E neste sentido a vereadora dá o exemplo de uma Câmara do Algarve pode querer terminar o ano escolar em maio e voltar em outubro por causa do verão, mas uma Câmara de Trás-os-Montes pode preferir acabar entre novembro e fevereiro por causa do inverno e do frio dentro das salas de aula. Passam a gestão dos processos de matrículas e de colocação dos alunos, entre outras questões que estão estabelecidas no artigo 8º.

A Vereadora Regina Janeiro referiu também que em última análise, fala-se da Constituição da República Portuguesa e no que diz respeito à oferta universal do ensino, onde os alunos do Barreiro, do Algarve ou Trás-os-Montes devem ter as mesmas bases de formação, para que na fase de seleção de entrada para o ensino superior tenham todos as mesmas condições de acesso.

A Vereadora Regina Janeiro sugeriu a leitura deste decreto-lei a todos os membros do Conselho Municipal do Barreiro. A Câmara Municipal do Barreiro tem várias posições tomadas face a esta matéria, tal como a Associação Nacional de Municípios. Refere ainda que estas quatro páginas terminam com o que chamamos de Estado Social. Apenas onze municípios assinaram este protocolo a nível nacional, na Área Metropolitana de Lisboa assinaram Cascais, Oeiras e Amadora.

Filipe Ribeiro (JS) defendeu a descentralização e a autonomia do Poder Local, apenas não está de acordo com o que está escrito na página dois, segundo parágrafo da deliberação n.º36/2015, de 28 de janeiro, Moção – Construir um serviço público de qualidade. Afirmar o Poder Local Democrático. Reforçar as competências num quadro regional. Pergunta à mesa porque é que é usado como exemplo um processo de 2008. Sobre não se ouvir a ANMP referiu que é contraproducente, este tipo de reformas devem ser feitas com todos os órgãos.

A Vereadora Regina Janeiro leu o parágrafo referido pelo Filipe Ribeiro e afirma que é a primeira vez que se faz contratualização com os municípios, não é uma decisão para todos, é uma decisão tomada município a município. Referiu também que o exemplo do processo de 2008 foi quando se passou as escolas 2/3 e secundários para os municípios e respetivos funcionários, resultando de uma avaliação negativa do processo, onde as verbas transferidas para a reparação de escolas para os municípios não são suficientes. A primeira vez que foram transferidas competências para os municípios foi em 1984, agora é uma delegação contratual de competências. A moção apresentada foi aprovada em reunião de câmara, apenas com um voto contra de um deputado do Partido Social Democrata, todos os outros votaram a favor. A Vereadora Regina Janeiro deixou claro que não se trouxe ao CMJ nenhuma tomada de posição a adotar, mas a autarquia considera que é necessário informar e debater sobre vários assuntos que à juventude dizem respeito, nomeadamente a área da educação. Até porque fazem parte de associações e partidos políticos, têm voz ativa na sociedade,

não ficam em casa à espera que aconteça vão fazendo acontecer. Refere que um decreto-lei é um diploma discutido em Conselho de Ministros, não vai à Assembleia da República, assim só os que fazem parte do Conselho de Ministros é que podem discutir esta matéria.

André Antunes (representante da Assembleia Municipal) referiu o seu desagrado sobre o decreto-lei apresentado. Como já referido na Assembleia Municipal tenta-se fazer o mesmo com muito menos, colocando condicionalismos muito importantes ao nível dos recursos humanos. Sendo um ataque à escola pública, neste caso, à Constituição.

Patrícia Ferreira (JSD) referiu que o diploma está aprovado e publicado, diz conhecer a posição da autarquia e questiona sobre o que é que a autarquia tenciona fazer no âmbito da Educação?

A Vereadora Regina Janeiro respondeu que está a ser feita uma petição pública, uma recolha de seis mil assinaturas para levar este tema a discussão em plenário da Assembleia da República. A autarquia não está disposta a assinar a contratualização, apenas levar este tema para um debate mais amplo e participativo.

#### **4 – Vários**

A Vereadora Regina Janeiro deu início ao último ponto e disponibiliza aos membros a proposta de logotipo e de cartaz para a o CMJ, onde é solicitado aos elementos presentes que tenham considerações sobre esta proposta uma vez que foi uma decisão tomada em plenário anterior o CMJ ter um logotipo e um cartaz próprio para sua divulgação.

Estando a circular a proposta de imagem, a Vereadora Regina Janeiro avançou com informação sobre as iniciativas previstas para os meses de junho, julho e agosto, como as Festas do Barreiro, onde solicitou contributos aos membros do CMJ para área da Juventude e Desporto.

A Vereadora Regina Janeiro deu a conhecer das várias atividades que aconteceram no intervalo das reuniões do CMJ, nomeadamente: a Inauguração do Skate Spot no Parque da Cidade; o Festival da Liberdade; a Semana Académica do IPS; a Celebração do Protocolo da Escola Conde Ferreira com a RUMO; as exposições “Pontes de Esparguete” e de Artes Visuais da Escola Secundária de Casquilhos; o Dia B 2015 e o evento ETC – Encontro de Talentos Criativos.

André Lourinho (SFAL) propôs a integração da ADAO no Conselho Municipal de Juventude. A Vereadora Regina Janeiro respondeu que só será possível se a associação indicar alguém com idade inferior a 30 anos, tendo em conta as normas do CMJ.

André Antunes (A.M.) congratula a realização do Festival da Liberdade. Sobre as Festas do Barreiro sugeriu a aposta em bandas da cidade para o palco da juventude, o envolvimento das companhias de teatro locais para a animação de rua, a existência de uma tenda para ciclos de cinema como mostra de curtas-metragens e documentários. Sobre o logotipo apresentado para o CMJ não está de acordo com as cores.

O Brian Silva (EstBrain) propôs levar o desafio da criação do logotipo às escolas de arte, ou fazer um concurso.

O Filipe Ribeiro (JS) questionou como foi feita a comunicação e divulgação do CMJ.

A Catarina Gil (Gabinete da Juventude) respondeu que a divulgação foi feita no sítio da Internet da Câmara Municipal.

O Filipe Ribeiro (JS) afirmou que é importante chegar às escolas, pois o sítio da CMB é limitado.

Brian Silva (EstBrain) propôs que a imagem apresentada tenha uma referência ao Barreiro, um elemento que identifique o concelho.

A Patrícia Ferreira (JSD) colocou uma questão referente ao pedido de substituição, uma vez que na próxima reunião poderá não estar presente-

A Vereadora Regina Janeiro respondeu que os membros do CMJ estão em representação de uma associação, é a associação que indica por quem é representada. Os deputados da Assembleia Municipal foram eleitos em Assembleia Municipal para serem os representantes desta no CMJ. É a Assembleia Municipal que indica a substituição, não é o CMJ. Os membros representam associações, juntas de freguesia e são estas entidades que indicam quem são os substitutos.

O André Antunes (AM) deu um exemplo que uma substituição definitiva em Assembleia Municipal.

O Presidente da Câmara Municipal do Barreiro, Carlos Humberto, referiu que a questão levantada é do foro da Assembleia Municipal e não é da competência da Câmara e do CMJ tomar decisão sobre a matéria.

Por sugestão do André Lourinho (SFAL) fez-se circular uma folha de presenças.

A Vereadora Regina Janeiro concluiu que vai verificar se existe verba no gabinete da juventude para o concurso de criação de imagem do CMJ, bem como para as propostas feitas para as Festas do Barreiro, nomeadamente, bandas do Barreiro para o palco da juventude e tenda de audiovisuais, apesar de não estar previsto em orçamento. De seguida fez a descrição de duas candidaturas aprovadas no âmbito do QREN. Uma para a Biblioteca Municipal (apetrechamento de equipamento tecnológico e interativo) e outra com o título Barreiro Memória e Futuro. Esta última culminará nas Comemorações do Dia da Cidade com inauguração de uma exposição sobre o Barreiro com componentes tecnológicas e interativas, um espetáculo de vídeo-mapping e concertos no âmbito da Rota da Resistência. Também integrado nesta candidatura surgirão vários circuitos turísticos no concelho com sinalética e percursos próprios, uma aplicação para telemóvel e um site sobre os circuitos e a Rota do Trabalho e da Indústria do Barreiro.

André Antunes (AM) saudou a iniciativa na área do turismo, de começar a existir uma estratégia turística.

O Filipe Ribeiro (JS) propôs para atuar no palco das Festas do Barreiro a cantora Leonor Andrade.

A Vereadora Regina Janeiro anunciou os nomes para o primeiro e último dia das Festas do Barreiro, Micael Carreira e Amor Electro.

O Presidente da Câmara Municipal do Barreiro interpelou os membros sobre quais os pontos positivos e negativos nas Festas do Barreiro.

André Lourinho (SFAL) respondeu que a festa pode estar associada a atividades desportivas como uma prova de atletismo ou uma demonstração de remo junto aos passadiços novos.

A vereadora Regina dá por terminada a reunião do CMJ, agradecendo a participação de todos.